

OS PRINCÍPIOS DA COMPLEXIDADE E A ANÁLISE DO DISCURSO FRANCESA: EFEITOS DE UM PARADIGMA EMERGENTE

PRINCIPLES OF COMPLEXITY AND FRENCH DISCOURSE ANALYSIS: EFFECTS OF AN EMERGING PARADIGM

Gilberto Alves Araújo 1

Resumo: Este artigo analisa relações entre o Paradigma da Complexidade e a Análise do Discurso Francesa (ADF), discutindo em que medida aquele se refrata nesta em referência a bases epistêmicas, metodológicas, e aos conceitos de sujeito, discurso e língua. Emprega-se aqui o método de revisão crítica de diversos referenciais teóricos, desde Morin até Pêcheux. Discussões sugerem que interdisciplinaridade, reciprocidade, interdependência, interação/comunhão entre distintos campos do conhecimento se integram em ADF como refração da Complexidade, incluindo a proeminência dos princípios recursivo-organizacional, hologramático, sistêmico, da dependência, do circuito retroativo, da auto-organização, e da reintrodução do conhecimento em todo conhecimento. Atesta-se que, tal qual a Linguística Aplicada, a ADF mostra-se propícia ao funcionamento dos princípios da Complexidade supramencionados. Seu vanguardismo entre linhas teóricas da língua não apenas ilustra o Paradigma Emergente, bem como garante a ADF ao lado de uma Linguística mais mestiça e indisciplinar, com abordagens mais abertas, relacionais/profundas sobre fenômenos discursivos.

Palavras-chave: Teoria da complexidade. Michel Pêcheux. Edgar Morin. Filosofia continental. Linguística aplicada.

Abstract: This paper analyzes relations between the Paradigm of Complexity and French Discourse Analysis (FDA), discussing to what extent the first is refracted through the latter in reference to epistemic and methodological bases, and concepts of subject, discourse and language. It employs the method of critical review on theoretical works, from Morin to Pêcheux. Discussions suggest that interdisciplinarity, reciprocity, interdependence, interaction or communion between distinct fields of knowledge integrate into FDA as a Complexity refraction, including the prominence of principles such as the organizational recursive, hologrammatic, systemic, dependence, retroactive circuit, self-organization and the reintroduction of knowledge into every form of knowledge. It confirms that, as much as Applied Linguistics, FDA becomes conducive to the functioning of the Complexity principles abovementioned. FDA's vanguardism among theoretical lines on language not only illustrates an Emerging Paradigm, but it also guarantees that FDA is side by side with a Linguistics that is more mixed and indisciplinatory, with more open, relational/deeper approaches on discursive phenomena.

Keywords: Theory of complexity. Michel Pêcheux. Edgar Morin. Continental Philosophy. Applied Linguistics.

Introdução

Nosso objetivo neste trabalho é estabelecer relações entre o Paradigma da Complexidade, através de seus princípios basilares, e a Análise do Discurso de linha francesa, mediante seus fundamentos gerais, sua perspectiva metodológica e seus conceitos de sujeito, discurso e língua. Para tanto, empregamos aqui a metodologia de revisão crítica de referenciais teóricos, recorrendo a diversos estudiosos e filósofos continentais¹, como Capra (2002), Santos (1995) e Morin (2008; 2003; 1997; MORIN & LE MAIGNE, 2000), bem como a influentes representantes da Análise do Discurso Francesa (ADF) no Brasil, como Eni Orlandi (1998) em seus estudos extensivamente influenciados por Michel Pêcheux (1995; 1997; 2006; 2008).

Assim, este artigo se divide em quatro partes. Na primeira parte definimos o que é o Paradigma da Complexidade em contraste com o que entendemos ser um Paradigma Clássico. Na segunda apontamos alguns efeitos gerais da Complexidade sobre as bases epistêmicas da ADF. Na terceira etapa utilizamos alguns dos pontos teóricos obtidos dessa revisão da literatura para compreender de que forma algumas posturas metodológicas da ADF refratam o Paradigma da Complexidade. Por fim, vislumbramos algumas relações entre esse mesmo Paradigma e os conceitos de sujeito, discurso e língua adotados pela ADF.

Antes que procedamos às próximas seções, é também preciso esclarecer que por língua designamos aqui uma forma natural e cultural de expressão ‘verbal’ – em contraste com outras formas tais quais a música e a dança, *inter alia* –, sistematicamente arraigada em múltiplas e profundas redes de relações/práticas sociais (Antunes, 2009). A língua se constitui através da ideologia, ou no dizer de Pêcheux, ela é uma forma material da ideologia (Pêcheux *apud* Fairclough, 2015). Sendo assim, enquanto fenômeno social, a língua só existe na interação de sujeitos políticos e históricos, membros de uma cultura, portanto, partes de uma coletividade (Antunes, 2009). Desse ponto de vista, língua e linguagem podem parecer faces de uma mesma moeda, e são, mas há uma distinção elementar entre os dois termos. Linguagem pode ser definida como a capacidade que os humanos têm para adquirir, utilizar, produzir e desenvolver a língua, ou qualquer outro sistema complexo de comunicação usado em interação social (Lyons, 1987). Sob essa premissa, a língua se compreende em certa medida como instanciamento dessa habilidade a que denominamos linguagem. Tanto uma como a outra são perpassadas em diferentes graus pelo social, o histórico, o político e o ideológico, e nenhuma delas se firma enquanto unidade autônoma, transparente, tampouco homogênea ou fechada em si mesma (Antunes, 2009).

Um Paradigma Emergente *versus* o Paradigma Clássico de ciência: uma retomada

Nos últimos trezentos anos a sociedade cognoscente tem sido majoritariamente orientada por um paradigma mecanicista, formalmente apresentado pela física do século XVII, e que de um ponto de vista epistemológico tem por forte pilar o pensamento cartesiano (KUHN, 2007). Através deste paradigma procuramos designar as estruturas de pensamento que constituem o padrão de produção, organização, validação e compartilhamento do saber que, por sua vez, decorre de profundas transformações científicas (MORIN, 2008). Em outras palavras, poderíamos dizer que esse modelo se constitui também como um sistema de valores que interfere tanto no processo de geração do conhecimento, quanto no modo de ser, fazer e viver das pessoas (MORAES, 1997).

Pois bem, quando nos referimos a esse paradigma em específico, o clássico/mecanicista, não podemos nos esquecer que, de fato (ao lado de Auguste Comte [1798-1857] e Immanuel Kant [1724-1804]), foi René Descartes (1596-1650) quem lhe concebeu uma consistente base filosófica, ao isolar virtualmente a *res extensa* (objeto) do *ego cogitans* (sujeito) (MORIN, 2008).

Além de separar sujeito e objeto, essa filosofia acabou por consolidar a impressão de isolamento dos sujeitos entre eles mesmos, por considerar cada indivíduo com sua própria mente encarcerada no invólucro de seus corpos. Tudo é matéria, e o que excede a isso é um

1 Para uma definição mais completa sobre filosofia continental, verificar o artigo de Simon Critchley (1997).

pensar certo, infalível e inquestionável: “não há nada no conceito de corpo que pertença à mente, e nada na ideia de mente que pertença ao corpo” (DESCARTES *apud* Capra, 2002, p. 5).

A ciência, sob essa visão, pode chegar à plena certeza do conhecimento através da inquirição e da dubiedade. Contraditoriamente, conforme Descartes, após hipotetizar e questionar, os cientistas expurgam a contradição pelo método indutivo-dedutivo-identitário (MORIN, 2008), atingem um saber “certo e evidente”, rejeitando “todo conhecimento que é meramente provável”, dando crédito apenas àquelas “coisas que são perfeitamente conhecidas e sobre as quais *não pode haver dúvidas*” [grifo nosso] (DESCARTES *apud* Capra, 2002, p. 5).

Esse posicionamento é bastante compreensível se notarmos que Descartes era um matemático. Sua filosofia transpira a noção de superioridade dos números, ou seja, o primado da quantidade, da ordem de determinada lógica e da decomposição: “toda a minha física nada mais é do que geometria” (DESCARTES *apud* Capra, 2002, p. 6). Por isso, não é fortuito o fato de as ciências ‘exatas’/natureza gozarem, sob as atuais circunstâncias e em face de outros complexos fatores, de maior prestígio sócio-político do que as humanas/sociais, entre estas a Linguística Aplicada e a ADF (cf. ALVES ARAÚJO, 2017).

Assim, ao longo da história e principalmente no presente contexto sociopolítico brasileiro², esse determinado ser-fazer científico adquire o status de único método válido e pelo qual se pode obter a verdade. Trata-se da ordem hegemônica da ciência que, pressupondo um modelo global de racionalidade, cujas fronteiras são rigorosamente vigiadas, pretende-se manter a salvo de qualquer saber/poder/querer não-científico. Isso é levado a cabo reputando-se todas as outras formas de conhecimentos por inválidas, e a constituição da subjetividade por irrelevante (Santos, 1995).

Esse regime ditatorial epistemológico, em último grau, ocasionou não apenas a desvalorização, mas também a rejeição de outras formas de saber. Enfim, sob essas e outras implicações, como a noção do *cogito ergo sum* (penso, logo existo), o homem foi submetido e circunscrito a uma exacerbada espécie de racionalismo, negligenciado em suas outras dimensões, agente e vítima de um evidente desequilíbrio mutilador do espírito humano.

De um ponto de vista conceptual, o pensamento científico mecanicista/clássico subsiste em dado tipo de racionalismo, ordem e decomposição. Essa visão de Descartes ganha corpo concreto no trabalho do físico Isaac Newton (1642-1727), segundo o qual o mundo perfaz uma máquina perfeita, em que as relações são essencialmente causais e tudo pode ser controlado, reduzido à abstração científica, decomposto e explanado em leis e princípios (MORIN, 2008).

De certo, a metodologia cartesiano-newtoniana possibilitou o surgimento de magníficas projeções tecnológicas, e significativos avanços científicos. Por outro lado, essas visões mecanicistas geraram consequências indesejáveis, violaram o meio ambiente e o homem no seu âmbito socioeconômico, pessoal, bem como alimentaram o modo de produção capitalista.

Diante desses e outros efeitos a comunidade científica começou, ainda no século XIX, a concluir que o paradigma mecanicista não é mais capaz de explicar com eficácia a dinâmica transformacional de um universo que perfaz a integração de ordem e caos.

Mais ou menos simultaneamente a essa paulatina percepção, surgem a teoria evolucionista de Charles Darwin (1809-82) – que prega mutabilidade das espécies através da variação relacional –, a física quântica de Albert Einstein (1879-1955) – “primeiro rombo no paradigma da ciência moderna” (SANTOS, 1995, p. 24) – e as concepções psicológicas/psicanalíticas de Sigmund Freud (1856-1939). Além dessas que mencionamos, Morin (2008, p. 40-45) acrescenta a cibernética de Ashby (1903-1972) e Weiner (1894-1964), a teoria dos sistemas de Von Bertalanffy (1901-1972) e a teoria da informação de Shannon (1916-2001). Ademais, Prigogine (2002, p. 56) ainda introduz a teoria do caos, formalizada por Poincaré (1854-1912) – o universo é ordem e desordem cíclicas, que, por sua vez, são solidariamente integrativas. E, já que acionamos anteriormente a ideia de capitalismo, arrematamos esse quadro teórico que consolidou a vanguarda do Paradigma da Complexidade, aduzindo a dialética materialista e histórica de Karl Marx (1818-1883) – claro, reconhecendo que esta talvez não seja tão prestigiada nas

² Os recentes cortes e ataques discursivos às ciências humanas ilustram mais precisamente a atitude do Estado brasileiro, por exemplo, em relação a essas áreas (ver. SBF, 2019; BORGES, 2019; MARÉS, 2019; G1, 2019; PEREIRA, 2020; SALDAÑA, 2020).

discussões sobre o novo paradigma.

Assim, diante da insuficiência da visão clássica, esse conjunto de teorias veio impactar o pensamento humano a partir dos séculos XIX e XX. Elas oportunizaram a formação de uma nova maneira de entender e pensar o mundo, os homens e a ciência por eles desenvolvida, aceitando o caos como processo necessário e revelador, a compreensão do homem como ser distinto e ao mesmo tempo integrante dos ciclos da vida no planeta, a assunção da contradição e da unidade-diversidade como faces da mesma realidade. Enfim, o entendimento de que sujeito e universo são intrinsecamente relacionais e complementares sob os auspícios do previsível e principalmente do imprevisível.

Em certo sentido, trata-se de um retorno a uma perspectiva mais holista do conhecimento. Pois, desde os primeiros séculos da era cristã, e mesmo até o século XVII, os propósitos científicos estavam mais voltados à sabedoria, à incorporação da realidade natural e da vida em relação a ela. Como aponta William Ashworth (*apud* FERREIRA, 2012, p. 01) a ciência era realizada *Ad majorem Dei gloriam*³ (“para a maior glória de Deus”), e a natureza era a mãe, o organismo nutridor e nutrido. No paradigma que diante de nós assoma, Morin (2008, p. 38) nota que o termo *Complexus* trata justamente do redimensionamento dessa compreensão de um universo ecológico.

A interdisciplinaridade, por exemplo, é um dos conceitos complexos que mais tem penetrado os estudos do discurso, sobretudo no ambiente escolar. Sua interferência combate o tratamento do educando como um ser cindido, compartimentalizado, cartesiano, quer em seus sentimentos e emoções, quer em sua capacidade de pensar e sentir. Essa abordagem prega que já não é mais possível manter cientistas e educandos presos à circunscrição de suas disciplinas. O universo é intrinsecamente complexo, e para abordá-lo faz-se necessário um pensamento articulador, relativo, integrante e inquiridor (MORAES, 2010). Seu escopo maior é estabelecer a reciprocidade, a interdependência, a interação ou comunhão entre os distintos campos do conhecimento humano na busca por mais integração, significância e globalidade. Nesse sentido, a ADF parece ser um arcabouço bastante útil, considerando suas origens, abordagens e processos formativos.

Aristóteles, em sua metafísica, já concebia uma percepção holística/interdisciplinar para minimizar o problema da redução, decomposição e simplificação. Já Morin (2008) vai além desse conceito ao afirmar que a noção comum de holismo pode ser incipiente para dar conta da prática interdisciplinar, de modo que apenas a noção da complexidade seria mais promissora. Coincidindo com o teorema da incompletude de Kurt Gödel (1906-1978) – chamada por Santos (1995) de o quarto golpe no modelo de racionalidade do paradigma dominante –, Morin concebe que o conhecimento completo (holístico) é impossível, para tanto se justifica através de Theodor Adorno (1903-1969) ao dizer que a totalidade é a não verdade.

A interdisciplinaridade, enquanto decorrente da Complexidade, também nos faz lembrar que as estruturas do nosso pensamento e o método da pesquisa constroem a realidade investigada (MORIN *apud* Nogueira, 2009, p. 72). Assim, parece-nos proveitoso indicar quais as implicações de alguns princípios e percepções da Complexidade para as investigações científicas mais recentes, incluindo a ADF – a saber, o princípio recursivo organizacional, o hologramático, o sistêmico, o da dependência das condições iniciais, o do circuito retroativo, da autoorganização, e o da reintrodução do conhecimento em todo conhecimento (MORIN, 2008, p. 107-128; GLEICK, 1989, p. 20).

Efeitos teóricos gerais da Complexidade sobre a ADF

Observamos que a ADF, assim como a Linguística Aplicada, percebe a língua enquanto substância de fenômenos [discursivos] mais abertos e intrincados, ao invés de mais sobrepostos e fechados, como aqueles encontrados na linguística que se diz mais “puramente” teórica. Em virtude disso, há algumas décadas, possivelmente, poderia parecer arriscado ou ousado instrumentalizar uma investigação linguística usando-se a análise do discurso, sobretudo a de linha francesa. Aliás, ainda hoje encontramos colegas linguistas que ousam tratar esse cam-

3 Lema da Companhia de Jesus (ASHWORTH *apud* Ferreira, 2012, p. 1).

po teórico-metodológico como menos científico do que a sintaxe gerativa de Noam Chomsky (1928-presente), por exemplo.

Surpreendentemente esse estranhamento diante da ADF parece ser ainda um resquício do Positivismo de Augusto Comte (1798-1895) e Immanuel Kant (1724-1804), isto é, do paradigma da simplicidade. Segundo esses teóricos, as ciências exatas e da natureza são superiores e devem assim subjugar as ciências humanas (o que inclui as ciências sociais e as ciências da língua) em virtude de seus rigorosos métodos e expressões quantitativas, e seus experimentos reprodutíveis. Para eles, e aparentemente para alguns de nossos pares hoje, quando as ciências humanas se submetem às ciências exatas anula-se a anarquia intelectual, obtém-se uma exatidão muito mais evidente, e se ergue um novo sistema institucional ordenado e estável, graças à promoção de um consenso aparentemente maior na comunidade científica (BOTTO-MORE, 1997).

A influência desse princípio paradigmático dentro da Linguística em geral fez surgir certa rivalidade ou crítica recíproca entre a parte *hard*/"pura" dessa ciência (mais próxima do quantificável) e a parte aplicada (relativamente mais distante do quantificável). Por sua vez, na Linguística Aplicada se criou outro embate, entre os pesquisadores que se utilizam mais da linguística "pura" e os demais, que recorrem a outros ramos/teorias científicas não tão dogmáticas ou que se não aproximam daquele conceito de exatidão, "pureza" e *hardness*.

Observemos que até mesmo o uso do termo "pura" pode revelar a discriminação para com os ramos discursivos, mais qualitativos e menos quantificadores da ciência linguística. Isso porque se depreende que fora da "pureza" deve haver "impureza", "imperfeição", "sujidade", "miscigenação" – substantivos que de um modo geral têm carga semântica bastante negativa. Não obstante, um movimento de resistência que procura afirmar essa linguística "mestiça" e "impura" tem vigorado (MOITA LOPES, 2006).

Grosso modo, pode-se dizer que na medida em que a magia dos números (KUHN, 2007) ainda tem certa influência/prestígio nas ciências humanas, as ramificações "mestiças" de cada campo científico (incluindo a ADF) acabam por sofrer implícita oposição. Por conseguinte, dado o contexto de crescente prestígio do Paradigma da Complexidade, é raro observar uma insatisfação desvelada por parte dos linguistas mais ortodoxos em relação à ADF, possivelmente porque temem ser acusados de exercitar a intolerância, o tradicionalismo investigativo e a inflexibilidade.

O fato é que a ADF, enquanto fruto da Complexidade, mostra-se uma teoria-método bastante miscigenada e intrincada. Com efeito, para além da hermenêutica, da análise de conteúdo, da semiótica, da semântica ou da semiologia, mas sem ignorar, no entanto, nenhuma delas, a ADF projetou-se como campo de maior integração entre a ciência linguística e outras ciências humanas e/ou sociais, como a filosofia, a história e a psicanálise. Esse movimento, reitera-se, não parece muito simples e plenamente aceito na ciência da língua, mesmo nos dias de hoje. Indicativo desse quadro são as críticas que recebemos de alguns professores de nossa universidade sobre o uso da ADF como aparato teórico-metodológico. Somos acusados de extrema imprecisão, e se nos imputam uma pesquisa sem procedimentos padronizados.

No entanto, de um modo geral, e felizmente, essa parte da linguística tem deixado a margem dos estudos de sua grande área para passar a ocupar um lugar de maior prestígio – muitos até creem que ela não está mais em fase de transição entre esses dois lugares. Isso ocorre tanto a partir da reconsideração de objetos de uma Linguística mais estruturalista e cartesiana – afinal, foi esse tipo de estudo que possibilitou a legitimação de uma ciência da língua perante as demais –, quanto a partir da superação dos questionamentos desse mesmo campo.

Para compreendermos melhor esse quadro, basta recordarmos que as dicotomias saussurianas e o modelo fonológico, que tanto garantiram à Linguística um lugar junto às demais ciências, passaram a ser reinterpretados e associados a outras dimensões da língua pela AD. Entre estas dimensões, citamos o domínio da fala, a história (diacronia), a memória, a ideologia e a subjetividade.

Relativamente tarde – e assim o entendemos porque a Linguística é uma área mais recente se comparada a outras ciências como a física, por exemplo –, sobretudo a partir da década de 1960, os teóricos fundadores da ADF não perceberam mais o proveito que se obtinha

pela separação entre uma linguística da *langue* e outra da *parole*, como sugeriu Ferdinand de Saussure (1857-1913). Expandindo as concepções desse estudioso francês, os precursores da ADF – como Michel Pêcheux (1938-1983), Michel Foucault (1926-1984) e Jean Dubois (1920-2015) –, embora pertençam a linhas distintas da análise do discurso, visualizaram no domínio da fala uma substância básica e fértil à compreensão do homem e seus atos de relação e significação.

À medida que entendemos a ADF como expansão ou complexificação de parte da Linguística, também inferimos que o surgimento daquela é, em última instância, efeito do aparecimento do paradigma científico emergente.

Retomemos, por exemplo, as tão criticadas dicotomias de Saussure que, excluindo um de seus pares da abordagem, elege o outro como único objeto de estudo. Ora, a partir do Paradigma da Complexidade, mais especificamente do princípio dialógico (MORIN, 2003, p. 69), entendemos que a aparente contraposição e exclusão desses pares nocionais caracteriza-se pela perspectiva do Paradigma Clássico, cujo intento é sempre reduzir, simplificar e dissociar. O oposto disso seria um engajamento em prol da admissão das contradições e da dialogia, portanto, da Complexidade.

Em outras palavras, o que a ADF, dentre outros fatores, proporcionou, no âmbito da ciência da língua, foi a percepção de que: o uno e o múltiplo são, na verdade, integrantes, sem, no entanto, deixar de serem contrários; a relação de princípios opostos é basicamente complementar, já que não é possível abordar um fenômeno complexo ignorando suas contradições internas ou contextuais; o trabalho colaborativo e interdisciplinar entre diversas ciências é indispensável para abordar objetos intrincados (MORIN, 2008); sujeito e objeto são reflexos, continuidades e refrações um do outro (KUHN, 2007; SCHRODINGER *apud* Morin, 2008).

Assim, paulatinamente, a ADF supera as dicotomias Saussurianas porque as reconhece como necessárias e não auto excludentes. Devido a outras implicações do Paradigma Emergente, esse mesmo campo teórico, por exemplo, trata o sujeito como construído pela língua, e esta como construída pela ação coletiva daquele (princípio recursivo organizacional⁴); e através do discurso compreende o sujeito como elemento presente na sociedade, ao mesmo tempo em que a sociedade se faz presente nele (princípio hologramático⁵). Lembramos que o sujeito em ADF é conceituado como a instância/posição de enunciação incapaz de controlar totalmente os sentidos do que diz, mas ainda assim iludido como hábil a fazê-lo. Essa ilusão se origina em grande parte por seus esquecimentos (PÊCHEUX, 1995; ORLANDI, 2005), através dos quais ele desconhece que seja determinado não somente por seu lugar subjetivo possível em dado momento enunciativo, mas também por sua exterioridade, ou seja, pela história que o perpassa e lhe confere acesso apenas a parte do que enuncia. Com efeito, esse sujeito, cindido e inconsciente, não consegue gerir por completo os sentidos que evoca, já que estes podem sempre se tornarem outros na relação com o interlocutor/outro, em face do tempo e do espaço em que certa enunciação ocorre.

Tão proveitoso quanto a conexão interdependente entre princípio hologramático, recursivo organizacional e dialético, são as relações integrantes entre sujeito, sociedade, língua e seus muitos outros desdobramentos, como a história, a memória, a ideologia e o inconsciente.

Como forme sugerimos muitas vezes anteriormente, ser efeito de um Paradigma Emergente fez com que a ADF fosse muitas vezes discriminada ou rejeitada por muitos linguistas, principalmente aqueles que se definem como estudiosos do dito *hardcore* da linguística. Esta, pretensamente mais rigorosa, daria objetos de estudo mais sistematizados, categorizáveis, e arcabouços teóricos mais fechados e estáveis.

De outro modo, poderíamos dizer que, no início do movimento de expansão da ADF no Brasil (décadas de 1980 e 1990), aproximar-se da Complexidade custava aos analistas do discurso ausência de maior prestígio no meio científico e o estranhamento por parte dos colegas. E embora essa situação pareça ter-se minimizado bastante, ainda há certa desconfiança, e certa crença infundada de que em ADF não se faz ciência de verdade. Boa parte dessa rejeição da

4 O processo recursivo é aquele em que os produtos e efeitos são ao mesmo tempo causas e produtores daquilo que os produziu (homem – sexo/reprodução – homem...) (MORIN, 2008, p. 108).

5 Noção que permite compreender que o todo está na parte, e a parte está no todo (MORIN, 2008, p. 108-109).

comunidade científica para com a ADF, sobretudo no início, pode ser entendida através do fato de que o Paradigma Clássico (como qualquer outro) tem a vocação para a manutenção cíclica de si, o que resulta em extrema intolerância às novas teorias, bem como reduzido interesse em produzir grandes novidades (KUHN, 2007).

Algumas implicações metodológicas da Complexidade sobre a ADF

De início entendemos que a metodologia da ADF não pode ser fechada. Sim, o rigor científico exige dos analistas um projeto, um plano de ação fundamentado, mas isso não quer dizer que ele seja necessariamente rígido ou estrito, pelo contrário, ele pode ser sempre adaptável em face da realidade.

Instrumentos de geração de dados e trajetos de análise procuram-se adequar ao curso da natureza, na medida da realidade que eles conseguem apreender. Dessa forma o analista mantém uma consciência de que inúmeros fatores afetam seu fazer científico, para muito além das teorias de que dispõe, incluindo a constituição de sua própria subjetividade.

Assim, embora saibamos que todo pensamento comporta seleção-análise-objetivação, através da ADF o escopo maior é sempre a distinção de relações, processos e sentidos, bem como suas conjunções e implicações. Nós, analistas, tentamos ir e vir do contexto ao sujeito, dos discursos às FDs/FIs (Formações Discursivas/Formações Ideológicas⁶), do entorno ao centro, da *physis* à antropologia relacional, procurando compreender a incerteza, a possibilidade, a contradição e talvez o caos, como exige a Complexidade.

Ora, a metáfora da tapeçaria que Morin (2008) concebe nos dá o panorama geral de quão árdua é a nossa responsabilidade de compreender e acionar os discursos na forma de redes. Nelas os fios decompostos são virtuais e só adquirem significância se entram em conjunção com o caos e a organização dos sistemas que os envolvem e os formam.

Nosso olhar, enquanto analistas do discurso, precisa ser também multidimensional, ou seja, contemplar o social, o político, o histórico, o cultural e o econômico na medida de nossa necessidade e objetivos, bem como de nossas limitações. Não importa se a amostra de dados é pequena ou grande, devemos nos orientar pelas ligações, perturbações e religações, procurando não reduzir fenômeno às suas partes ou agentes. Essa postura se alinha consistentemente com (i) o princípio dialógico, (ii) o sistêmico e (iii) o de dependência das condições iniciais (MORIN & LE MOIGNE, 2000; MORIN, 2008). Assim, a partir daquele podemos incluir elementos aparentemente contrários, mas que na verdade se complementam a partir das relações que constroem entre si e com outros elementos em dada cadeia. Baseado no segundo, inferimos que o todo e suas partes são sempre componentes integrantes do mesmo macroorganismo, nem que entre eles haja múltiplos níveis de distância; em última instância as ligações entre eles se farão presentes. Já o terceiro nos permite compreender que produtos, processos e cadeia produtiva de sentidos se confundem e estão contidos um no outro, o que exige do analista a capacidade de não apenas dissociá-los, mas tratá-los em seu movimento e organicidade, reintegrando-os antes, durante e após a análise, sendo esta uma ação que os separa, decompõe ou mutila.

Morin (2003; 2008) nos ensina que o pesquisador também é sujeito de sua pesquisa, e por isso, ao lançar-se sobre os fatos ou acontecimentos⁷, deve reconhecer-se como instância interferente e passível de análise. Por isso em ADF insistimos sempre na autocrítica e no reconhecimento de nossas limitações, inscrevemo-nos em nosso próprio trabalho procurando identificar quem somos, nossa dependência no contexto social, e, eventualmente, por que e para que fazemos pesquisa.

Compreendemos que os instrumentos (de geração de dados) que escolhemos (e.g.: entrevistas semiestruturadas, analogias, categorias, linhas de raciocínio) são elementos possíveis

6 Para uma concepção mais ampla acerca de Formação Ideológica e Formação Discursiva, sugerimos consultar alguns dos estudos de Pêcheux (1990; 1995; 1997), traduzidos em sua maioria por Eni Orlandi.

7 Já em ADF, acontecimento discursivo é definido como “o ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 2006, p. 17). Nesse sentido, acontecimento se refere ao ponto de intersecção entre interdiscurso e intradiscurso, momento-lugar em que o enunciado é atualizado em interação com a memória, é reiterado, rememorado e/ou ressignificado.

de um inventário e que não devem manipular a relação que se estabelecem entre sujeitos e objetos. O mais relevante não é a metodologia em si, mas o tratamento que empenhamos sobre os dados de estudo. Esse posicionamento parece estar em consonância com o princípio da retroatividade (MORIN, 2008), pelo qual entendemos não haver uma causalidade linear simples entre metodologia e resultados.

O mundo, a teoria e os dados precisam estar em constante movimento de colaboração e recíproca verificação. Por isso a ADF se faz tão vital às pesquisas em língua quanto a Linguística Aplicada, particularmente àquelas relativas ao discurso, porque sendo geneticamente interdisciplinar e ancorada no princípio sistêmico, permite a autocrítica em detrimento da doutrinação; justifica-se não em si mesma, mas em seu entorno e através de muitos outros saberes, alinhando-se ao princípio da recursividade organizacional em relação às ciências humanas e sociais, por assim dizer.

Sob uma perspectiva qualitativa, os trabalhos em ADF partem primariamente da interpretação (PÊCHEUX, 2006). Segundo Pêcheux, a interpretação se constitui em “gesto”, quer dizer, um movimento ou um conjunto de atos dentro da ordem simbólica. Esta é naturalmente incompleta, como requer o teorema da incompletude de Kurt Gödel (1906-1978), marcada “pela relação com o silêncio”. Nesse sentido, o papel do analista seria constituir o “vestígio do possível”, e, interpelado pelas Fls que o determinam, reerguer sua relação com a história, com o interdiscurso, onde a interpretação é materializada e exposta (PÊCHEUX *apud* Orlandi, 1998, p. 15, 18). Uma vez mais, a ADF compactua tanto com os princípios da dependência, quanto com o hologramático (MORIN, 2008; MORIN & LE MOIGNE, 2000; MORIN, 1997; GLEICK, 1989).

Portanto, as relações entre o sujeito-analista e os dados sofrem diversos intermédios e coerções. Desse modo, compreender a matéria discursiva não é apenas considerar estas e aquelas interpretações, mas pôr em tela os embates interpretativos, confrontando-as. Nosso olhar deve se voltar para os percursos que o sentido faz nos espaços abordados, tais como interditos, interdições, dominações, reproduções de sentido, injunções, resistências, silenciamentos, conflitos, desfiliações, desconstruções de interpretação e suspeições. A regularidade, a estabilidade e a estaticidade não são necessariamente o foco, mas sim o aparente caos, o movimento e a volubilidade que emergem na construção, distribuição e circulação dos sentidos, como requer a Teoria da Complexidade.

Seguindo os princípios da recursividade e da retroatividade (MORIN, 2008; MORIN & LE MOIGNE, 2000), os movimentos do analista do discurso podem partir da matéria linguística para as condições de produção e vice-versa. Desta maneira, analistas abordam os gestos interpretativos dos sujeitos a partir de suas posições, para que possam expor as ligações entre tais gestos, localizando contradições ou identificações discursivas, retornos e deslocamentos.

Outros ecos da complexidade: língua, sujeito e discurso em ADF

A ADF que se ergue na década de 1960, na França, traz, como seu maior e mais abrasivo propósito, o deslocamento das concepções de língua, historicidade e sujeito, anteriormente mais suscetíveis talvez ao crivo do pensamento mais positivista, mais estruturalista e de suas respectivas extensões. Ora, essas são noções essenciais e quase identitárias para a ADF, sem o uso das quais não seria possível credenciar os trabalhos que a ela se submetem.

Iniciamos, então, com a mais primordial delas: a língua. Antes disso, notamos que a decisão de manter aqui os termos língua e linguagem deve-se ao fato de que os compreendemos como um par de conceitos intimamente relacionados, não por coordenação ou subordinação, mas os entendemos como elementos que se imbricam, definindo-se mutuamente. Com efeito, não se pode discorrer sobre o primeiro sem fazer o mesmo em relação ao segundo, conforme discutimos nas seções anteriores ao tratar das dicotomias e dos opostos no Paradigma da Complexidade (princípio dialógico).

Conforme, mencionamos na introdução, a linguagem pode referir-se à capacidade humana de criar, transformar, adquirir línguas ou quaisquer outras manifestações sistêmicas de símbolos, como a música, a dança e a pintura; enquanto a língua pode ser entendida como um sistema aberto, mais ou menos estável, de elementos passíveis ao processo de significação que

propiciam assim a interação, ou a comunicação, entre membros de um grupo, ou entre grupos (LYONS, 1987). De modo que não há linguagem se não há língua e vice-versa; o que significa dizer, em outras palavras, que ao se conceituar língua⁸, Pêcheux (1997) está automaticamente discorrendo sobre seus pressupostos a respeito da linguagem, sendo o inverso também aceitável.

Indicativo disso é que o francês supramencionado concebe a língua, embora sob uma perspectiva crítica, fundamentando-se em Saussure, admitindo-o como ponto de partida da Linguística. Saussure, por sua vez, entende a língua como um sistema de signos, isto é, de significados e significantes. A língua, sendo objetiva e ordenada, apresentar-se-ia contrária à fala, que é concreta, extremamente instável e que, portanto, estaria inevitavelmente à mercê da subjetividade. Não podemos esquecer que parte disso se deve ao fato de que no Paradigma Clássico o subjetivo é sempre ameaça danosa: como parte do pesquisador, torna sempre os dados impuros e contaminados; como componente do objeto de pesquisa, é sempre incompreensível, complexo demais, fora do alcance dos instrumentos científicos isentos, rigorosos e quantificadores (MORIN, 2008).

Ao contrário do que se espera, Pêcheux não se dedica a desconstruir a oposição entre *langue* e *parole*, ao invés disso, aplica-se à reflexão sobre a fala, concretude linguística anteriormente negligenciada. A partir dessa investigação ele pensa língua para além de seu estatuto sistêmico, formal e supostamente transparente. Essa é posta agora em relação com sua exterioridade, isto é, ela é entendida como integrante de sua 'exterioridade', a saber, a história, a subjetividade e a ideologia. Nesse sentido, notamos que para desenvolver esse conceito o filósofo aplica determinado princípio dialógico e sistêmico, como apontamos ao discorrer sobre a Complexidade.

A perspectiva de uma língua não-subjetivista permite a AD entendê-la como ação, mudança, exercício simbólico, no qual assumir a palavra é também tomar uma atitude social com todas as suas determinações, implicações, embates, reconhecimentos, relações de poder, sentido e identidade (ORLANDI, 1998, p. 17). É na e pela língua que o humano se constitui enquanto sujeito, bem como constrói o outro com quem se relaciona e também o mundo que o integra. Assim, a ADF parece ser consistente com os princípios hologramático, da retroatividade e da recursividade.

A língua, reitera-se, pode ser entendida fundamentalmente como materialização da ideologia. Daí o mister da ADF não se circunscrever apenas à compreensão desse processo, mas também à teorização da manifestação ideológica na materialidade da língua. Assim, confirmamos que os princípios hologramático e recursivo organizacional, oriundos da Complexidade, revelam-se novamente através dessa articulação em ADF, já que seres e processos se constroem em um *continuum* no qual causa e efeito são indissociáveis em última instância.

É justamente a partir da ideia de língua como trabalho simbólico que emerge a noção de discurso. Este, por sua vez, é concebido como efeito de sentidos entre locutores (Pêcheux, 2006), uma substância social e histórica, no qual o linguístico é necessário mesmo em enunciados em que o verbal não está lá explicitado. Assim, não haveria sentido evidente, ou sujeito intencional sendo causa/origem do sentido. Por outro lado, se a língua é um sistema aberto, isso quer dizer que ela é cambiante, e em última instância, opaca. Essa nebulosidade é em parte gerada pelo fato de que o discurso emerge no percurso entre a língua e a ideologia.

Mais adiante, ao recorrer à filosofia de Nietzsche (ver. HELSLOOT & HAK, 2007; MACHADO, 2015), Pêcheux entende que qualquer fato é por si mesmo uma interpretação. Com efeito, o sujeito não experienciaria a constituição bruta do objeto ao acessá-lo, pois para que esse contato ocorra ele precisa de mediação, independentemente de qual seja ela (PÊCHEUX, 2006). Assim, o discurso faz parte dessa mediação entre o tangível e a história, entre a concretude e a linguagem, entre esta e a ideologia, entre exterioridade e o inconsciente.

Por isso enfatizamos anteriormente a compreensão de Morin (2008), segundo o qual o universo funciona em sistemas abertos. Com a língua e o discurso não é diferente; eles só

⁸ Em ADF língua "é tomada em sua forma material enquanto ordem significante capaz de equívoco, de deslize, de falha, ou seja, enquanto sistema sintático intrinsecamente passível de jogo que comporta a inscrição dos efeitos linguísticos materiais na história para produzir sentidos" (FERREIRA, 2003, p. 196).

podem ser compreendidos a partir da história e da ideologia dos sujeitos que os geram e os interpretam.

Assim, o sujeito na ADF de Pêcheux é inconsciente, disperso, clivado, cindido e descentrado. Isso quer dizer que ele não possui controle total sobre os sentidos de qualquer objeto que produza e jamais é capaz de assumir uma posição estéril ou de absoluta neutralidade. Ele perde seu lugar como “[...] espectador universal como fonte da homogeneidade [...]” (PÊCHEUX, 2006, p. 34), *status* que defendera Immanuel Kant.

Essa ideia de sujeito e heterogeneidade discursiva se contrasta com a noção de Formação Discursiva (FD). A saber, Pêcheux concebe FD como um projeto, que, sob certa conjuntura e estado de luta de classes, “determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc)” (Pêcheux, 1995, p. 160). Observamos ainda que essa concepção tanto é baseada na ideia foucaultiana de discurso enquanto prática, quanto na noção althusseriana de ideologia enquanto luta de classes.

Embora haja algo do materialismo marxista nesse entendimento (um componente relevante no Paradigma da Complexidade), a teoria do filósofo russo para abordar processos discursivos é, na visão de Pêcheux, afetada pelas condições ideológicas de reprodução-alteração das relações de produção. Assim, a pretensa homogeneidade ou univocidade da FD seria, de fato, um simulacro, pois sua natureza essencial é heterogênea, considerando que a ideologia é constante interpeladora do sujeito, o que afeta/altera significativamente os discursos e suas condições de manifestação.

Por outro lado, precisamos notar que, de acordo com o princípio dialógico, a heterogeneidade não impede que a FD seja descrita a partir de suas regularidades e princípios formativos. Isso somente é possível porque essa heterogeneidade é nuclear, faz parte de sua essência, não sendo, pois, um fator meramente incidental ou mesmo restritivo.

Com efeito, enquanto perpassa e constitui o sujeito por suas articulações e posicionamentos, certa FD admite simultaneamente falas divergentes que se inter-relacionam, imbricam-se, contrapõem-se, afastam-se ou se aproximam, jamais proibindo a si mesmas de visitarem e de serem visitadas umas pelas outras (PÊCHEUX, 1995, p. 57). Essa dinâmica só confirma a natureza dialética ou dialógica da Complexidade dentro da concepção de Pêcheux.

Considerando as ideias de deriva, desestruturação-reestruturação das redes e trajetos, Pêcheux (2006) explica ainda que qualquer discurso é, em tese, evidência de um deslocamento das filiações sócio-históricas. Esse trabalho de deslocar, realizado pelo sujeito, vai-se tornando mais perceptível, ao longo da história e em cada dizer, seja pela reiteração, inversão, apagamento, seja pelos rearranjos na seleção ou privilégio de formas. Esses movimentos apontam o Princípio Complexo da dependência das condições iniciais, segundo o qual a semente da transformação está não apenas no conjunto de ações, objetos e seres, mas em cada uma das unidades que o compõem (MORIN & LE MOIGNE, 2000; GLEICK, 1989).

Por isso enfatizamos que as conexões entre o texto e suas condições sócio-históricas de produção formam o cerne da geração e veiculação de efeitos de sentido (PÊCHEUX, 2008). Essas condições dizem respeito à situação de enunciação, isto é, à caracterização social, histórica e ideológica da emersão do discurso. Igualmente elas se referem ao modo de inscrição do sujeito no/do discurso; um sujeito que, sendo disperso, é altamente passível de se tornar outro no mínimo deslize entre as FDs, ou territórios de sentido. Essa volatilidade e vulnerabilidade do sujeito também se alinha ao princípio Complexo da incompletude de Gödel, para quem a lacunosidade e a insuficiência que marcam objetos, seres e processos é condição essencial para a consistência/organicidade/ecologicidade de um sistema aberto, tal qual ocorre no funcionamento dos discursos e sujeitos em ADF.

Por outro lado, somos levados a concluir que o sujeito só faz sentido quando inserto em determinado espaço-tempo. É assim que ele consegue fazer emergir seu discurso em relação aos discursos de outrem, que, por sua vez, também está inserto em um espaço-tempo eventualmente distinto. Portanto, uma unidade constitutiva só se faz consistente, não apenas por sua incompletude (como mencionamos no parágrafo anterior), mas principalmente pela relação que mantém com o todo do espaço e do tempo, o que se mostra alinhado aos princípios sistê-

mico e dialógico (MORIN, 2008; MORIN & LE MAIGNE, 2000).

Na ADF o sujeito e sua enunciação, apesar de toda a negligência sofrida por causa da visão positivista da ciência dos últimos três séculos, são imprescindíveis para a construção e interpretação dos sentidos. O sujeito não apenas coexiste ao mundo de objetos que o cercam, mas é ele mesmo quem os constrói, sendo também por eles constituído: “[...] o mundo está no interior do nosso espírito e este no interior do mundo” (MORIN, 2008, p. 64).

Quanto à FI é preciso, primeiramente, notar que esta é composta de várias FDs. Essa relação somente é possível porque as FIs são superestruturas ainda mais abrangentes e, muitas vezes, sutis, capazes de direcionar não apenas as práticas discursivas, mas também seus sujeitos.

Formalmente, as FIs podem ser entendidas como um agrupamento complexo de atitudes, práticas de significação e, por conseguinte, representações mais ou menos ligadas ao posicionamento de classes, que se encontram sempre em conflito com outra[s] (PÊCHEUX, 1997). Em última instância, a FI pode ser tomada como um conjunto de práticas modais de acessar, interpretar, experienciar o mundo, o princípio motor capaz de determinar/delinear embates entre classes sociais. Cada um desses conjuntos é também construído a partir da realidade e das relações que cada classe mantém com as outras, consigo mesmo, com a história e com a língua, na mesma medida em que os determina; o que sugere os efeitos dos princípios da recursividade e retroatividade, bem como dialogia e dependência das condições iniciais (GLEICK, 1989; MORIN & LE MAIGNE, 2000; MORIN, 2008).

Através desse processo em que a ideologia interpela o indivíduo para torná-lo sujeito, entendemos que as FDs perfazem a materialização linguística das FIs, que por sua vez determinam o que deve e/ou pode ser dito em dada formação social. Em termos mais pragmáticos, diríamos que a significância das expressões linguísticas provém das FDs, que em seu turno possibilitam a materialização das FIs (PÊCHEUX, 1995).

Por isso a concepção de sujeito na AD, aduzida há alguns parágrafos acima, indica que este agente discursivo é assujeitado, disperso, cindido e inconsciente, porque a FI, enquanto superestrutura pré-construída e, portanto, anterior ao sujeito, afeta-o de tal maneira que não permite existir um pretense controle ou intenção idiossincrática por sua parte (PÊCHEUX, 1995). Por conseguinte, através do princípio sistêmico (MORIN, 2008; MORIN & LE MAIGNE, 2000), compreendemos que as partes/os sujeitos podem ser amplificados ou restringidos pela ação que o todo/FI exerce sobre elas/eles.

Notamos que essa interpelação ideológica só se torna operável graças ao processo de identificação que há entre o sujeito e a FD que o determina. Este procedimento, por sua vez, faz com que língua não funcione igualmente cada vez que é tomada pelo sujeito, pois varia a identificação de sujeitos com suas FDs, bem como as condições de produção do discurso. Eis aí um dos fatores que promove (i) o deslocamento do sujeito e (ii) o deslocamento dos seus modos de assujeitamento. O primeiro revela a refração do princípio da dependência das condições iniciais (GLEICK, 1989), e os últimos indicam o princípio sistêmico, conforme mencionamos anteriormente (MORIN & LE MAIGNE, 2000; MORIN, 2008).

Considerações Finais

Conforme discutimos acima, a interdisciplinaridade (enquanto abordagem geral e não constructo estático) talvez seja o princípio mais essencial que sustenta a origem e expansão da ADF no Brasil. Considerando sua formação, abordagens e processos transformativos, entendemos que são confirmadas através da ADF a reciprocidade, a interdependência, a contribuição dos distintos campos do conhecimento humano na busca por mais integração, significância e globalidade no que concerne aos fenômenos do discurso e/ou da língua.

Tal como a Teoria da Complexidade, a ADF põe em evidência que as estruturas do nosso pensamento e as metodologias de investigação constroem a realidade pesquisada, não havendo cisão definitiva entre o espírito do sujeito que estuda e o mundo do qual ele trata, ou dissociação cabal entre o que o analista do discurso sabe, e os modos e formas de lógica que ele constrói. Nesse sentido, apontamos como os princípios recursivo organizacional, o holo-

gramático, o sistêmico, o da dependência, o do circuito retroativo, da auto-organização, e o da reintrodução do conhecimento em todo conhecimento (MORIN, 2008) não apenas se refratam nas bases gerais da ADF, mas também na particularidade de seus conceitos, a saber, as noções de sujeito, discurso e língua.

A ADF evidencia, ao lado da Linguística Aplicada (ver. BRITO & GUILHERME, 2013; ALVES ARAÚJO, 2017; 2018; 2019), que unidade e sistema são integrantes e complementares, e frequentemente opostos. Assim, é impossível tratar do discurso negligenciando suas contradições internas ou contextuais, seu caos, bem como as relações e movimentos que se estabelecem entre eles, conforme apontam a dialogia e a dialética da Complexidade.

Nesse campo dos estudos discursivos, o sujeito é construído pela língua, e esta se constitui pela ação coletiva daquele, como percebemos mediante o princípio recursivo organizacional. É através do discurso que a ADF compreende o sujeito como posição construída na enunciação por membros da sociedade, ao mesmo tempo em que esta (sociedade) se faz presente naquele (sujeito), o que revela o princípio hologramático, entre outros.

Desse modo, confirmamos que, ao lado da Linguística Aplicada, a ADF emerge como campo teórico fértil ao exercício dos princípios da Complexidade. Seu vanguardismo entre as linhas teóricas relativas à língua não apenas refrata os sinais de um Paradigma Emergente, mas também se move ao lado de uma Linguística mais mestiça, intrincada e indisciplinar, disposta a desestabilizar parâmetros de uma ciência clássica, enquanto procura uma abordagem mais aberta, relacional e profunda acerca dos fenômenos do discurso.

Referências

ALVES ARAUJO, G. Relações entre teoria linguística e ensino de línguas. **Revista do GELNE**, Natal, v. 19, n. 1, p. 189-200, 2017.

_____. O Tocantins e seu ensino de inglês na proposta curricular para o ensino médio: entre expectativas e silenciamento. **Revista Leia Escola**, Campina Grande, v. 18, n. 3, p. 145-163, 2018.

_____. Discurso docente sobre a língua inglesa: concepções de ensino-aprendizagem, docência e linguagem. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 20, n. 2, p. 226-253, 2019.

ANTUNES, I. **Língua, texto e ensino: outra escola possível**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

BRITO, C. C. de P. e GUILHERME, M. de F. F. Linguística Aplicada e Análise do Discurso: possíveis entrelaçamentos para a constituição de uma epistemologia. **Cadernos Discursivos**, Catalão, v. 1, n. 1, p. 17-40, 2013.

BORGES, H. Bolsonaro defende cortes em cursos de Humanas e diz que dinheiro do contribuinte deve ir para 'leitura, escrita e fazer conta'. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 de abril 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/bolsonaro-defende-cortes-em-cursos-de-humanas-diz-que-dinheiro-do-contribuinte-deve-ir-para-leitura-escrita-fazer-conta-23623980>. Acesso em: 08 mai. 2020.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

CAPRA, F. **O Ponto de mutação**. São Paulo: Editora Cultrix, 2002.

CRITCHLEY, S. What is continental philosophy? **International Journal of Philosophical Studies**, Abingdon, n. 5, v. 3, p. 347-363, 1997.

FAIRCLOUGH, N. "A dialectical-relational approach to Critical Discourse Analysis in Social Research". In: Wodak, R.; Meyer, M. (Orgs.). **Methods in Critical Discourse Analysis**. 3ª ed. Thousand Oaks: Sage Publications, p. 119-148.

FERREIRA, M. C. L. O caráter singular da língua na análise do discurso. **Organon**, Porto Alegre, v. 17, n. 35, p. 189-200, 2003.

FERREIRA, P. M. G. **Jesuítas na ciência**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 2012. Disponível em: http://www.fplf.org.br/pedro_varios/Meus_textos_teologicos_e_filosoficos/2012-05_Jesuitas_na_Ciencia.pdf. Acesso em: 04 jul. 2013.

G1, Portal de Notícia da Globo. MEC estuda corte de investimentos nas faculdades de ciências humanas. **Jornal Nacional**, Rio de Janeiro, 26 de abril de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/04/26/mec-estuda-corte-de-investimentos-nas-faculdades-de-ciencias-humanas.ghtml>. Acesso em: 09 mai. 2020.

GLEICK, J. **Caos: a criação de uma nova ciência**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1989.

HELSLOOT, N. e HAK, T. Pêcheux's Contribution to Discourse Analysis. **Forum Qualitative Social Research/Sozialforschung**, Berlim, v. 8, n. 2, p. 1-22, 2007.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. Trad. Beatriz V. Boeira e Nelson Boeira. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

LYONS, J. **Linguagem e Linguística: uma introdução**. Trad. Marilda W. Averbug e Clarisse S. de Souza. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1987.

MACHADO, I. L. **Nietzsche, o destino singular da linguagem**. 258 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

MARÉS, C. Principal alvo de Weintraub, ciências sociais e humanas recebem um quarto das bolsas de pesquisas do país. **Agência Lupa**, Rio de Janeiro, 17 de maio de 2019. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/05/17/dados-universidades-pesquisa/>. Acesso em: 08 mai. 2020.

MOITA LOPES, L. P. da (Org.). **Por uma lingüística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

MORAES, M. C. **O Paradigma Educacional Emergente**. Campinas: Papyrus, 1997.

_____. Complexidade e transdisciplinaridade na formação docente. In: -----. **Complexidade e transdisciplinaridade em educação: teoria e prática docente**. Organização Maria Cândida Moraes e Juan Miguel Batalloso Navas. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2010, p. 175-205.

_____. Complexidade e ética da solidariedade. In: -----. **Ensaio de complexidade**. Organização Gustavo de Castro et al. Porto Alegre: Sulina, 1997, p. 15-24.

_____. A necessidade de um pensamento complexo. In: -----. **Representação e complexidade**. Organização Cândido Mendes e Enrique Rodriguez Larreta. Rio de Janeiro: Garamond, 2003, p. 69-78.

_____. **Introdução ao pensamento Complexo**. 5ª ed. São Paulo: Instituto Piaget, 2008.

MORIN, E. e LE MOIGNE, J.-L. **A inteligência da complexidade**. São Paulo: Peirópolis, 2000.

NOGUEIRA, A. **Filosofia, ciência, complexidade: questões para a educação**. Porto Alegre: EDI-

PUCRS, 2009.

ORLANDI, E. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 6ª ed. Campinas: Pontes, 2005.

PÊCHEUX, M. Delimitações inversões, deslocamentos. Trad. J. H. Nunes. **Cadernos de Estudos linguísticos**, Campinas, n. 19, v. 1, p. 7-24, 1990. Disponível em: <https://tinyurl.com/2furyy6s>. Acesso em 27 jul. 2013.

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. de E. P. Orlandi et alii. Campinas: Unicamp, 1995.

_____. Análise Automática do Discurso. In: -----, **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. de E. P. Orlandi. Organização Françoise Gadet e Tony Hak. Campinas: Unicamp, 1997, p. 61-121.

_____. **O Discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. de E. P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2006.

PÊCHEUX, M. et al. A Semântica e o Corte Saussuriano: língua, linguagem e discurso. Trad. de R. L. Baronas & F. C. Montanheiro. **Revista eletrônica Linguagem**, São Carlos, v. 03, n. 01, p. 01-19, 2008.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências**. 7ª ed. Lisboa: edições Afrontamento, 1995.

PEREIRA, A. CNPq de Bolsonaro exclui Ciências Humanas e Sociais da concessão de bolsas Pibic. **Associação de Docentes da UFFS**, Chapecó, 30 de abril de 2020. Disponível em: <https://sinduffs.org.br/noticias/nacional/cnpq-de-bolsonaro-exclui-ciencias-humanas-e-sociais-da-concessao-de-bolsas-pibic/>. Acesso em: 10 mai. 2020.

SALDAÑA, P. Em meio a pandemia, governo Bolsonaro investe contra pesquisa em ciências humanas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 de março de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/03/em-meio-a-pandemia-governo-bolsonaro-investe-contra-pesquisa-em-ciencias-humanas.shtml>. Acesso em: 09 mai. 2020.

SBF, Sociedade Brasileira de Física. Sociedade Brasileira de Física repudia ataque às ciências humanas e mais um corte de 30% na educação. **Acontece na SBF**, 02 de maio de 2019. Disponível em: <http://www.sbfisica.org.br/v1/home/index.php/pt/acontece/893-sociedade-brasileira-de-fisica-repudia-ataque-as-ciencias-humanas-e-mais-um-corte-de-30-na-educacao>. Acesso em: 10 mai. 2020.

Recebido em 05 de setembro de 2020.

Aceito em: 15 de abril de 2021.